

Encontro do legado de Hannah Arendt em Paulo Freire: caminho para o fortalecimento da Pastoral da Juventude como prática de resistência

Hannah Arendt's legacy meeting in Paulo Freire: way to strengthen Youth Ministry as a practice of resistance

Edney Gomes Raminho¹
Joaquim Alberto Andrade Silva²

36

Resumo: Este estudo discute a contribuição de legados de Hannah Arendt e do ensinamento de Paulo Freire (2015a), considerando-se seus reflexos no trabalho adotado pela Pastoral da Juventude no Brasil, como movimento de formação para a resistência às desigualdades sociopolíticas brasileiras. Faz-se a seleção de cinco temas propostos para debate nos grupos de jovens organizados no site oficial da Pastoral da Juventude, de 2019 para 2020. Este acervo documental é estudado sob a perspectiva dos estudos documentais (GIL, 2017). Deles os dados coletados são investigados à luz da análise do discurso (PÊCHEUX, 1995; FAIRCLOUGH, 2001; 2008). Tal corrente de estudos propicia aqui uma observação considerando-se a relação dos mundos privado, social e político (ARENDT, 2000; 2012; 2017; 2020) de circunscrição do discurso investigado. Os resultados apontam que a Pastoral da Juventude organiza sua atuação com vistas à resistência política consciente da transformação social.

Palavras-chave: Juventude; Resistência política; Consciência política; Organização juvenil.

Abstract: This study discusses the contribution of Hannah Arendt's legacies and the teaching of Paulo Freire (2015a), considering their reflections on the work adopted by the Youth Ministry in Brazil, as a training movement for resistance to Brazilian sociopolitical inequalities. Five themes are selected for debate in groups of young people organized on the

¹ Doutoranda e mestre em educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB), especialista e licenciada em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – MINAS). E-mail: edygomesraminho@gmail.com

² Mestrando em educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB), pós-graduando em gestão educacional, especialista em adolescência e juventude, bacharel em comunicação social. Especialista de Pastoralidade da União Brasileira de Educação Católica (UBEC). Foi membro da Comissão Nacional de Assessores da Pastoral da Juventude (2011-2014).

Recebido em 18/12/2020
Aprovado em 25/07/2021

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

official website of “Pastoral da Juventude”, from 2019 to 2020. This documentary collection is studied from the perspective of documentary studies (GIL, 2017). From them, the collected data are investigated in the light of discourse analysis (PÊCHEUX, 1995; FAIRCLOUGH, 2001; 2008). This current of studies provides an observation here considering the relationship between the private, social and political worlds (ARENDT, 2000; 2012; 2017; 2020) of the scope of the investigated discourse. The results show that Youth Ministry organizes its activities with a view to political resistance conscious of social transformation.

Keywords: Youth; Political resistance; Political awareness; Youth organization.

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais de jovens constituem importantes espaços de debate e de construção de conhecimentos à formação sociocultural do jovem e seu entendimento como agente transformador da sociedade. O jovem protagoniza lutas históricas pela democracia e direitos à cidadania no Brasil, a saber, por exemplo, na luta contra o *Golpe de 64* ou *Era de chumbo* em que a juventude resistia nas ruas contra a ditadura militar, levando à destruição das sedes de organizações estudantis pelos militares. Fato que surtiu no exílio de muitos estudantes brasileiros como os cantores Gilberto Gil e Caetano Veloso, respectivamente estudantes de administração de empresas e de filosofia da Universidade da Bahia, 1968. A juventude teve sua liberdade cerceada pelo golpe. Em virtude da resistência à ditadura, aqueles que não conseguiam fugir ou se esconder eram presos, torturados e mortos. Como forma de tortura ao jovem resistente na fuga ou no esconderijo, os seus familiares eram tomados como reféns.

Muitas jovens foram presas e tiveram seus rebentos na prisão. Em muitos casos, senão em todos eles, as crianças também eram torturadas diante das mães, para que a dor as consumisse como cólera pouco a pouco. Seus maridos eram mortos. Assim a submissão delas ao Estado ditador seria ainda mais cruel. Mesmo assim, os movimentos jovens no Brasil dos anos 60 resistiam e buscavam se fortalecer para galgar um país livre.

Ainda sobre a ditadura militar, o cantor brasileiro Milton Nascimento, apesar de não ter sofrido o exílio como Gilberto Gil e Caetano Veloso, teve várias de suas canções censuradas e foi ameaçado pelo secretário de segurança de São Paulo, Erasmo Dias. Uma das canções de Milton que ecoam a resistência dos movimentos estudantis com forte conotação histórica pelo contexto do movimento estudantil das *Diretas já!*, em 1988, é *Coração de estudante*. A letra amiúda a esperança de renovação jovem pelos desejos de mudança com

suas energias inesgotáveis para a luta e para cuidar da vida. E que o reconhecimento de grupo do jovem, de tribos do jovem lhe fortalece laços e compromissos de bem comum com seus pares e com a comunidade que dele precisa, apesar dos óbices que a luta traz.

Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Quantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora, cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê
Flor e fruto

No aparato da letra acompanha-se o desejo de luta e de esperança avançando em novas projeções de resistência. E, desse modo, graças à luta do *Diretas já!*, hoje os adolescentes de 16, 17 anos têm o direito de voto institucionalizado e os grêmios estudantis abriram mais um caminho para a liberdade de expressão da juventude nas escolas.

Quatro anos após estas conquistas, em 1992, a juventude mostra a sua cara e sua garra com o movimento *caras-pintadas*. Nesta época, os estudantes secundaristas pintaram suas caras com as cores da bandeira do Brasil e foram à luta, arrastando uma multidão até o Congresso Nacional. Ato que somou ecos ao impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo, envolvido com esquemas de corrupção. Por força do movimento *caras-pintadas*, Fernando Collor foi deposto e mais uma vez a esperança da democracia pela força jovem ressurgia.

A luta jovem continuava na década de 1990, protagonizando a resistência às privatizações de estatais e a reivindicação da expansão de novas políticas públicas para o ensino técnico, além da conquista da meia-entrada em eventos culturais no pleito do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Conquistas que a duras penas garantiram a todo o país a democratização de acesso à educação técnica com mais qualidade, o acesso democrático e mais inclusivo à cultura, à arte e a eventos esportivos.

Pouco mais de uma década depois, em 2013, os jovens novamente mostram sua força na luta contra a cobrança abusiva de tarifas do transporte público e a ausência do passe livre estudantil no Movimento passe livre (MPL). Um movimento que nasceu na cidade de São

Paulo e foi encorajado por vários movimentos jovens estudantis pelo Brasil, como em Brasília e outras capitais e grandes cidades. As alianças e o encorajamento do movimento paulistano pelos jovens das outras cidades brasileiras demonstraram que, como dizia a frase de resistência do MPL que “o gigante acordou”. E que este gigante é jovem de origem e de força.

Três anos depois, em 2016, o *Primavera secundarista*, movimento constituído por jovens estudantes, em sua maioria do Ensino Médio, ocuparam várias escolas Brasil a fora contra a Reforma do Ensino Médio e o congelamento de investimentos na educação por vinte anos institucionalizados pelo então presidente Michel Temer, que assumia o Brasil em virtude do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A reforma visava primeiramente limitar a participação das disciplinas das ciências humanas como Sociologia, Artes, Filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro, o que acabou acontecendo. Ou seja, a partir dali muito do que o Brasil já vinha conquistando com toda a garra jovem passava a se perder em meio a decisões políticas feitas na calada da noite, e, a participação jovem veio sendo pouco a pouco intimidada e descaracterizada pelos oclusos da supremacia da corte política de mercado brasileira.

E o gigante novamente parece que foi se adormecendo, sufocado pelo desmando e por representações políticas, cujo maior desejo é o aproveitar do sono do jovem, para no meio da noite, decidir e colocar em prática o que limita a voz do próprio jovem. O que muito vem acontecendo nos últimos anos no Brasil e desnudando comportamentos e condutas semelhantes ao golpe militar de 64.

E diante deste cenário de um passado refletindo no futuro, parece que existem organizações e/ou coletivos juvenis que colaboram para a formação crítica e libertadora da juventude, com vista à jornada de luta e resistência em busca da conquista por um país de respeito à liberdade e à igualdade de direitos. Dentre inúmeras organizações juvenis aponta-se a atuação da Pastoral da juventude.

Este estudo situa dois pontos relacionados à atuação da Pastoral da Juventude (PJ): Com base nas publicações temáticas de discussão política no *site* oficial da Pastoral da Juventude, como é possível que a prática da PJ alimente o jovem pela justiça social contra os desmandos do Estado à luz de Hannah Arendt? E em que medida os ensinamentos de Paulo Freire já adotados pela Pastoral da Juventude encontram Hannah Arendt e podem se fortalecer ainda mais para a mudança e a esperança para o Brasil?

Estas questões abrem espaço para um estudo documental (GIL, 2017) de cinco *webbaners*, por imagens e textos motivadores destas, de temática para a discussão no *site*

oficial da Pastoral da Juventude. A produção discursiva do texto será analisada à luz da análise do discurso (PÊCHEUX, 1995; FAIRCLOUGH, 2001,2008).

1.1 A Pastoral da Juventude

Ainda sob o martírio da ditadura militar e após a extinção da Ação Católica Especializada (CNBB, 1998), no final da década de 70, surgiam os primeiros passos para da Pastoral da Juventude. O período foi fundamental para o nascimento da Pastoral da Juventude, destacando-se o final da década, com “um novo despertar da sociedade e, de forma muito especial, da juventude. O Brasil vive todo o processo de mobilização da sociedade civil, que exigiu a volta da democracia” (CNBB, 1998). Nesse contexto diverso de mudança social, de mobilização e engajamento juvenil na militância política e da necessidade que a Igreja oferece aos jovens espaços de reflexão para que esta ideia tome corpo.

Em virtude do contexto político, ainda com o intenso discurso restrito ao modelo patriarcal, o jovem resistia e se valia do espaço das pastorais como contribuição às comunidades mais carentes e desprovidas de informações legítimas. A Pastoral da Juventude surge em toda a América Latina como nova maneira de trabalhar com a juventude, tendo em vista a necessidade sentida pelos próprios jovens organizados nos mais diversos grupos, nos âmbitos: paroquiais, pastorais, diocesanos, regionais e nacionais.

Vale saber que a Pastoral da Juventude, conhecida como PJ, é uma organização juvenil da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), criada no Brasil, com opções pedagógicas voltadas, prioritariamente, para o desenvolvimento do protagonismo juvenil, a formação integral do ser humano, por meio da organização de pequenos grupos de jovens (TEIXEIRA, 2005). A atuação pastoral acontece com opção por jovens empobrecidos, exercendo sua atuação pastoral em comunidades eclesiais e na sociedade com inserção nos movimentos sociais (SILVA, 2012). A PJ tem sua fundamentação com base nos princípios da Teologia da Libertação, na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. Em virtude deste princípio pedagógico, tem caráter pedagógico-político no sentido de alimentar e disseminar junto a toda a sociedade, prioritariamente aos jovens, o senso crítico de pertencimento da cidadania para uma nação mais justa e solidária.

Ainda na perspectiva de elucidar a compreensão sobre a PJ, ressalta-se a importância de explicitar sua missão dentro da sociedade, a saber:

[...] despertar os jovens para a pessoa e a proposta de Jesus Cristo e desenvolver com eles um processo global de formação baseado na fé, para formar líderes capacitados para agir na comunidade, atuar na própria PJ, em outros ministérios da Igreja e em seu meio específico, comprometidos com a libertação integral do homem e da sociedade, levando uma vida de comunhão e participação, de modo que contribuam concretamente com a construção da Civilização do Amor (SILVA, 2012, p. 34).

2. Objetivos

2. Objetivo Geral

- Discutir sobre ensinamentos de Hannah Arendt e o legado freireano para a formação de jovens à resistência das desigualdades sócio-políticas por cinco temas propostos para debate à Pastoral da Juventude (PJ).

2.1 Objetivos específicos

- Discutir sobre ensinamentos de Hannah de Arendt quanto à resistência política do jovem;
- Discutir sobre os ensinamentos de Paulo Freire para a resistência e formação da consciência política do jovem;
- Identificar convergências nos legados de Hannah Arendt e Paulo Freire para a ação sócio-política do sujeito jovem nos textos analisadas.

3. Percurso metodológico

Trata-se de um estudo documental (GIL, 2017). O corpus de análise é composto por 5 das propostas oficiais da Pastoral da Juventude para debate nos grupos de jovens da PJ organizados pelo país, de 2019 para 2020. A seleção do corpus se deve à aproximação histórico-temporal com acontecimentos políticos e históricos a nível nacional e global. A seleção das 05 postagens permitirá, por meio de uma análise do discurso (PÊCHEUX, 1995; FAIRCLOUGH, 2001, 2008), identificar em que medida a Pastoral da Juventude tem se envolvido com as causas mais urgentes da humanidade e tem se apropriado discursivamente da formação político-social a ela imputada pela formação consciente do jovem para a ação política de uma sociedade mais justa e preocupada com a cidadania como resistência às desigualdades. Cada exemplar selecionado será analisado separadamente e em seguida será

estabelecido um estudo transversal, pelo qual será possível identificar o diálogo travado pelo projeto formativo da Pastoral da Juventude, buscando identificar em que medida, então, os fundamentos teóricos de Hannah Arendt e de Paulo Freire podem se encontrar e abrir mais oportunidades formativas aos jovens por meio da PJ. Para assim fazer, torna-se aqui oportuno estudar os discursos em análise sob o arcabouço do que Pêcheux (1995) denomina de formação discursiva. O discurso, nesta perspectiva, arrola um complexo mundo ideológico, político, histórico, social e cultural pelos ditos, não ditos e interditos do sujeito. E, dessa forma, compõe os sentidos por ele compartilhados com o meio social, com uma comunidade, um grupo específico, neste caso, discursos da comunidade da Pastoral da Juventude para as comunidades regionais brasileiras a considerar as realidades sócio-históricas nas quais estão inseridos contextualmente os grupos de jovens, seja a nível regional, nacional e/ ou global.

4- PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

4.1. A resistência como luta política em Hannah Arendt

O ponto de partida que tomamos em Arendt (2017) é o de que as decisões políticas, viciosamente, vêm no curso da história sendo criadas no seio de falseamentos, não apenas pelos líderes políticos, mas também pelos próprios cidadãos, que ao assumirem-se por uma postura passiva e reativa, antirreflexiva, acabam negligenciando e contribuindo para o apagamento de si mesmos e de suas próprias vozes. Ao se negarem agir em prol de uma política coletiva, passam a ocupar o lugar de vítimas dos erros dos líderes políticos e nada mais. Esta ideia deriva não somente do ímpeto do estado-nação da Europa e do imperativo do totalitarismo autoritário, mas também da "burocracia ou do domínio de um trincado sistema de departamentos no qual nenhum homem (...) pode ser considerado responsável e que poderia perfeitamente ser chamado de domínio de ninguém" (ARENDT, 2017, p. 118).

Apesar de, para a autora, o poder ser a capacidade de tomar decisão em comum acordo, nos modelos políticos da modernidade, a saber, pela Revolução Industrial, a ideia de democracia veio sendo sufocada de burocracia, consubstanciando o poder totalitário. Isso consequentemente leva a um apagamento de uma democracia para a liberdade de manifestação e puramente uma ideologia política. O fato de, nos modelos burocráticos, o sujeito ter seu *status* de imutabilidade contribui para a inércia e para a aceitação de que se não se mexe com o seu conforto individual, ele não se manifesta em oposição aos imperativos do estado mercantil.

Esta é uma realidade histórica. Foi assim, por exemplo, na Revolução Francesa, inclusive, a começar pela conquista das classes camponesas pelo instituto do estado-nação. Este, não se sustentando, acabou sendo reduzido à centralização do poder, mitigando os instrumentos de violência das classes. Em virtude disso, foi se fortalecendo o argumento de um Estado nacionalista, entendido como um substituto emocional da religião pelo nacionalismo tribal, nascido por oposições étnicas com origens na Europa após a Revolução Francesa. E nessa perspectiva, o nacionalismo tribal é “a perversão da religião que fez com que Deus escolhesse uma nação entre as demais (...)” (ARENDT, 2012, p. 339).

Deste ponto surgem as ideologias de ódio, a começar pelo ódio dos negros para com os judeus, por entenderem que Deus privilegiava o povo judeu em detrimento dos negros. A resistência contra os judeus foi aumentando a ponto de serem entendidos como vulgares e fracassados. Daqui surge o entendimento da autora de fracasso da lei. Embora os dois grupos - tanto os judeus quanto os negros - estivessem inicialmente na mesma condição, os judeus acabaram sendo subjugados. Situação para entender que a lei não tem imperativo *per si*, uma vez que, na realidade, entre as pessoas, cada um adota seu modo de pensar, de forma individualista, a norma em contraposição ao coletivo e ao princípio da justiça social pela equidade de direitos.

O que deveria ser ponto de encontro, de resistência das classes contra os imperativos do Estado, por força do individualismo, acaba sendo o ponto de conflito. Assim, tomando-se como exemplo esta relação entre judeus e negros, as pessoas vão naturalizando a ignorância, a violência, a barbárie e a sua exclusão do poder para a própria tomada de decisão individualista. Consequentemente, ao invés de somarem forças contra a manipulação, os povos se distraem lutando entre si e contra si, alimentando o ciclo no qual deixam a cargo do Estado definir e também decidir quais leis serão colocadas para a ordem a desordem que as classes de prestígio instalaram.

Incorporam-se assim ideologias esvaziadas, que, assumidas pelas pessoas ganham lugar de verdade absoluta, mesmo que não dialoguem com a realidade destas pessoas. O Estado se apodera do sujeito de tal maneira que este se distancia de sua subjetividade, assumindo-se cada vez mais uma realidade distante de sua história cultural. Porque “o que as ideologias totalitárias visam (...) não é a transformação do mundo exterior ou transmutação revolucionária da sociedade é a transformação da própria natureza humana” (ARENDT, 2012, p. 605).

Como ilustração deste massacre normalizado da natureza humana, Arendt menciona o que acontecia nos campos de concentração nazista, onde as pessoas eram colocadas à prova pelo medo o tempo todo. A banalização da crueldade contra o ser humano ficava evidente ali. Uma história de consubstanciação da maldade, da naturalização e promoção do ódio, usando a carnificina como exemplo de que a maldade poderia ser aplicada a quantas pessoas descumprissem os ditames do nazismo e que era a lei, era a norma para manter a ordem.

Como se percebe, as raízes para todo este holocausto institucionalizado nasciam há pelo menos um século antes, na Revolução Francesa. Embora o ideal das classes que levaram à revolução tenha sido o de liberdade, igualdade e fraternidade, foi-se perdendo deste princípio por desordem das próprias pessoas que sofriam com os desmandos da monarquia e lutaram na revolução. O trabalho descaracterizado de ação de ser de ação (ARENDT, 2020). Ao encontrarem a liberdade, as pessoas não sabiam o que fazer com ela. O tempo livre passava a ser o tempo de consumir e consumir-se.

A luz para este labirinto parece vir do entendimento da condição de ser humano no mundo. E, nesta perspectiva, a autora desenvolve o conceito de *ser de ação* que se parece caro para tal reflexão. O ser de ação não se sucumbe à ação braçal, ao trabalho *per si*, de dispêndio de energia corporal *per si*, de gastar o que se tem, desde o espiritual ao material, inconscientemente. Tampouco ele se limita ao pensar contemplativo esvaziado de atitude e de envolvimento com as causas do mundo, por uma espécie de dispersão apolítica. O ser de ação não se corrompe pela irreflexão ideológica por simplesmente denotar a atitude mais cômoda.

Ainda havendo forças centrípetas de defesa do trabalho, do fazer em detrimento do ser, o ser de ação tem consciência de si, da importância de seu fazer no mundo e em que medida, ele, pode potencializar sua consciência crítica individual, racional para agir de maneira justa com os seus pares por uma ação histórico-política com vistas ao bem coletivo. Ele é fruto de uma consciência crítica de seu estar mundo. Ele está comprometido com o bem-estar social, com a equidade política e se consolida como ser de ação também por este motivo.

O ser de ação situa-se na relação subjetiva com o mundo. Não há, portanto, uma dicotomia política ideológica. Há, sim, o compromisso consciente, racional, de reflexão sensata de construção de pensar para agir pelo bem-estar político dos demais conviventes. O conceito de ser de ação contribui para o fazer político visando à equidade de oportunidade e ruptura das desigualdades, das desordens criadas pelo ser cujas atitudes não se pautam nos princípios de ser de ação, mas de um ser destituído de si, que age pelo ímpeto do irracional, de consumo do tempo, o animal laborans (ARENDT, 2020).

Por este entendimento, o ser que age consciente de sua ação requer um passeio pelo pensar calibrado, articulando as necessidades subjetivas e suas implicações no mundo objetivo. Em virtude dos paradoxos que o mundo político traz historicamente, a ação nele requer um preparo histórico, uma formação ética e um comprometimento de pensar e remodelar o pensamento conforme as necessidades dos sujeitos dependentes da ação política.

Um aparato cujo aporte aparece na relação do ser ativo com a sua natureza de espírito pensante, existencial e compreensiva de si. *A vida do espírito* (ARENDT, 2000) nos é aqui um convite para entender de modo mais amplo o ser de ação e a relação entre a vida ativa e o ser pensante como parte da natureza humana. E neste ponto vale retomar o conceito de animal laborans aplicado ao ser, aquele que usa o tempo livre apenas para consumir. E o espírito criativo de construção de pensar para agir fica disperso se o animal laborans toma assento. O ser de ação seria então o ser pela atitude calcada na (re) flex (ação) do ser de espírito.

Por esta perspectiva, o trabalho per si não sustém o ser e as suas relações com o mundo. Está relacionado, por exemplo, à crítica que Arendt faz a Eichmann que era mero reprodutor de coisas. E assim ele nem mesmo trabalhava, era um animal laborans. Ele não tinha consciência de sua ação, ao passo que havia uma ideologia que o comandava e ele não reconhecia sua potencial capacidade de ser. Uma negação, supressão, desconhecimento do seu ser político.

O ser de ação, portanto, consubstancia o ser político. Aquele que prepara sua reflexão em consonância com a ação e vice e versa. Não o que repete ações preditivas e se apaga como ser ao agir no mundo. O apagamento do ser na ação descaracteriza a ação essencialmente política, comprometida com o bem estar do ser.

Este conjunto de reflexões em Arendt (2000, 2012, 2017, 2020), a partir da ideia de ser ação aparece como ponto que ascende a esperança de uma formação de consciência política ao jovem ao rompimento das reproduções das diferenças, de cerceamento das liberdades e ruptura dos ciclos de corrupção contra as classes, que, por acharem ter poder, criam a desordem social. Aquele que se propõe para esta missão precisa de nutrição filosófica crítica para a realidade.

5.2. A consciência política em Paulo Freire

À luz dos encontros dos ensinamentos freireanos com a filosofia: da arte da pergunta em Sócrates, a maiêutica socrática, a ideia de dar sentido à vida pela arte de perguntar, de questionar as situações mais simples, de buscar entender a essência da vida, bem como

colocar este entendimento em prática pela consciência de respeito à pluralidade de cada pessoa nas relações socioculturais abre-se um incursu para diálogo. E, dos princípios Aristotélicos de ética política, surge a pedagogia da dialogicidade legada nos ensinamentos de Freire.

A pedagogia da dialogicidade implica que o sujeito pensante se faça cidadão a partir do saber se colocar em ação política pela sua consciência crítica de busca ininterrupta de diálogo, de entendimento de si e do outro, de sua realidade, de colocar-se no lugar do outro, por um mundo mais justo, comprometido com o respeito e com a emancipação cidadã de cada pessoa. Quando assim é, retroalimenta-se o respeito que se reflete na convivência. Assim, para Freire (2015a), o ser humano tem uma missão substancialmente política, que parte do individual para o coletivo recursivamente.

A fim de uma justiça social calcada na construção de uma sociedade para a igualdade de direitos, a ação humana é pensada pelo diálogo do sujeito com cada contexto no qual ele é inserido. Deste modo, para a efetivação da equidade de oportunidades dialogantes com as diferenças plurais, o ser político precisa envolver-se com a realidade, buscar compreendê-la pela escuta e diálogo sensível com esta realidade. Ao passo que assim o fizer, compõe um arcabouço de entendimentos que o preparam para então agir diante os demais sujeitos que ali convivem. A vida de Freire foi em si um ensinamento para este fim. A começar que sua obra não se forma por teorias, mas por diálogos gestados na sua convivência política com as mais variadas culturas, visando dar-lhes voz para, com elas, contribuir, dar sentido a seus saberes filosóficos (FREIRE, 2016).

O conhecimento, neste sentido freireano, é parte do sujeito e se constrói com ele e para ele. Caso contrário são ideias vazias e sem sentido. O sentido do conhecimento está nas relações de vozes partilhas e ressignificadas. Para conhecer alguém e contribuir com este alguém, primeiramente, é preciso dar-lhe voz.

Seguindo-se estes ensinamentos, o sujeito político parte da voz do outro para agir com ele. Suprimem-me julgamentos infundados sobre o outro, uma vez que o que se tem dele é dado por ele mesmo. À medida que o outro pode falar, ele vai sendo fortalecido a participar das ações da vida. Quando se diz por ele, cria-se o imperativo da força que apaga a justiça e destitui a subjetividade, a democracia. As ações sem raízes reflexivas conscientes e críticas da realidade, dessa forma, arriscam-se ao reacionarismo e ao ímpeto da intolerância antidialógica (FREIRE, 2011a). Motivo pelo qual, o radicalismo rompe com as portas da liberdade cultural imanente à necessidade coexistencial das culturas de conhecimento construídas pela pessoa

humana. O radicalismo ainda impõe o perigo de se instaurar a desordem social por não dar voz aos diferentes, tampouco apagar a voz ética do sujeito que se posiciona como radical.

De certa feita,

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade (FREIRE, 2015a, p. 26).

47

E assim por um circuito recursivo dialógico, o ser movido pela curiosidade e pelo desejo de querer saber sobre o outro para com ele agir dialética e dialogicamente, tece teias, abre caminhos para a dignidade da pessoa humana que, assim se reconhecendo, compõe a democracia, tece relações de respeito e de amor para com os seus conviventes.

A pedagogia da dialogicidade configura um movimento humano universalizante. Ela parte da essência do ser para a essência com o ser. Ela inclui a diversidade em um prospecto atemporal. Os anseios históricos, embora tragam particularidades pelas inovações de cada tempo, emergem do âmago da existência: ser ouvido, compreendido para tecer circuitos correlatos com os pares. O contrário também se desdobra viciosamente, a saber, o ser gestado pelo seio das desigualdades, pela naturalização da opressão e da sublimação da subjetividade, pela aceitação da violação de seus direitos acaba sendo convencido de que se tratam de ações a serem replicadas, normalizadas. Um ciclo perigoso de formação de oprimidos opressores, que, sendo paulatinamente endossado principalmente pelas classes mais vulneráveis do acesso ao conhecimento, consolida ainda mais um nó górdio de alargamentos das diferenças sociais e das injustiças contra a pessoa humana (2005).

Este movimento de institucionalização das opressões incorporadas pela massa popular circunscreve o abismo das multiplicações expansivas antidialéticas e antidialógicas, que podem levar à desesperança pela justiça e pela transformação social. Este é um projeto das classes dominantes, o de convencer os pobres de que a justiça social é apenas uma utopia, que o mais confortável seria o consentimento do apagar de suas vozes, da aceitação de serem explorados como uma dinâmica natural, e que sempre existirão pobres porque o mundo sempre foi assim. Aceitando-se como fracos, os vulneráveis acabam, inclusive, reproduzindo este ideal de opressão.

Sob esta olhar, caminhando pelos ensinamentos de Freire (2005; 2011a; 2011b. 2014; 2015a; 2015b; 2016; 2017a; 2017b; 2017c), reascendem-se as luzes da esperança de que é possível cativar as classes vulneráveis a assumirem suas posições de fortes braços da instituição política de um país como o Brasil. Neste conjunto de vivências teórico dialogantes do autor, compreende-se que a base para a justiça social está na humildade do sábio estudioso de colocar-se a serviço de ouvir e encorajar as classes populares a fazerem valer o seu direito de participar das decisões políticas do país, desde à escolha de quem as representa, ao acompanhamento com cobranças sobre o cumprimento do dever deste representante.

Para isso, importa que o cidadão seja formado para agir ética e esteticamente. Ele precisa ser conduzido a aprender com suas reflexões para saber o importante papel transformador que sua consciência de cuidado consigo mesmo e com os demais refletidos no mundo carrega. Isso requer a tolerância às diferenças, a começar por aquele que se coloca na condução deste saber. Implica em abrir mão do extremo e reacionário ego intelectual e se colocar na condição de quem aprende pela voz dos mais desvalidos de conhecimento crítico político (FREIRE, 2014).

Este desafio convida aos cidadãos de consciência política, mais experientes, a somarem forças com os mais jovens. Isto é, um grupo pode aprender com o outro a abrir espaços de formações crítica para se fortalecerem ante aos projetos de apagamento das vozes populares. Nesse sentido, a juventude tem um papel salutar de reconquista dos espaços dialéticos e dialógicos, por sua vez, pela esperança de recondução do entendimento do ser político como ser que cativa o diálogo, o encontro pela afetividade de contato, principalmente com as classes mais vulneráveis que, em nível de Brasil, um país emergente, compõem uma população de grande número.

Os dados de Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que são mais de 13,5 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza (IBGE, 2019). Para buscar um país mais justo, é importante estar a par desta realidade, além de agir junto dela, pelos jovens, com o intuito de mitigar pouco a pouco as possibilidades de avanços ainda maiores das diferenças, das desigualdades de compreensão subjetiva e de ação consciente pela transformação das realidades desiguais de múltiplos fatores dos brasileiros.

6. ANÁLISE DOS DADOS

6.1. Sobre os dados e a técnica de análise

Para contextualizar os dados, segue um panorama da motivação para selecioná-los. Periodicamente, considerando-se determinados acontecimentos socioculturais pelo Brasil e no mundo, a Pastoral da Juventude Nacional (PJ) organiza a publicização de imagens virtuais acompanhados de textos reflexivos e/ou motivadores, com suas respectivas referências de origem. As imagens apresentam a logomarca da PJ, uma logomarca comemorativa dos 50 anos da Pastoral e um tema para estudo nos grupos de jovens. Conforme o site da Pastoral da Juventude³, o objetivo é que este conjunto informativo possa ser adotado pelos grupos de PJ para leitura, debate, reflexão, motivando-os a uma ação junto à comunidade onde estão inseridos. Cada grupo de PJ tem a liberdade e autonomia de organizar a dinâmica que melhor contextualize o tema na sua região. E, se for necessário adaptar um novo tema para atender a uma demanda da comunidade onde a pastoral se situa, há também esta possibilidade. Os jovens em suas realidades locais têm, por isso, a liberdade de convidar especialistas sobre as temáticas para debatê-las com fecundidade de conhecimento de mundo e teórico.

Foram selecionados cinco das publicações feitas no site oficial da Pastoral da Juventude como mote para reflexão e desenvolvimento de pautas junto aos grupos de jovens organizados pelo Brasil. Todas as seleções são publicações no período de 2019 e de 2020 para possibilitar à análise o entendimento da medida em que estas publicações situam um contexto histórico-cultural da juventude brasileira mais atual com a ação sociocultural que os jovens podem inaugurar.

Tomamos como ponto focal de análise as imagens virtuais aqui identificados por IV e um numeral de 1 a 5 para diferenciá-las. Aos textos contextualizadores, faremos menção no curso das análises propriamente ditas.

Como aplicaremos a técnica da análise do discurso, vale ressaltar que, em uma análise do discurso “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam o restringem” (FAIRCLOUGH, 2001, 2008, p. 91), tendo-se como base o que Pêcheux (1995, p. 160) denomina de “o todo complexo das formações ideológicas”. Por esta perspectiva, o que se diz em um dado momento da história do sujeito está perpassado por um conjunto de representações histórico-culturais das relações político-ideológicas e de jogos de poder do discurso que envolvam e capturem a atenção e o convencimento do sujeito.

6.2. Das análises propriamente ditas

³ <https://www.pj.org.br/>

O primeiro cartaz virtual (IV1) em análise trata sobre o processo de destruição da biodiversidade da Floresta Amazônica, considerado maior bioma do planeta, conforme informações do site da Pastoral da Juventude no texto motivador publicado junto à imagem virtual.

IV 1-



50

Fonte: <https://www.pj.org.br/>

A imagem apresenta boa parte da figura, a Amazônia, em processo de queimada. Outra parte devastada pelo desmatamento e uma única árvore tentando resistir a este processo destrutivo. Aliada às imagens, ganha destaque no centro do cartaz a frase “Não há vida no planeta se a Amazônia continuar sendo devasta”. Outro detalhe discursivo que toma realce é a tipografia das fontes (letras). O para “Não há vida (...) Amazônia (...) devastada” estão tipografadas com fonte de destaque em relação ao conjunto “(...) no planeta se a (...) continuar sendo (...)”.

O conjunto - imagem e frase - leva ao apelo leitor de que a Amazônia estaria em contínuo processo de destruição e que isso compromete a vida agora, no presente, como se percebe pelo verbo haver no presente do indicativo. As marcas linguísticas realçadas “Não há vida (...) Amazônia (...) devastada” apontam que enquanto o leitor for lendo o texto não há mais vida na Amazônia. O apelo é que o leitor entenda a informação como algo urgente. Isso porque quando associadas as informações em realce com aquelas sem realce, verifica-se que a ideia de inexistência de vida pode persistir, o que se constata pelos termos “continuar sendo” aliados às demais marcas linguísticas presentes no texto em consonância às imagens.

Conforme Fairclough (2001, 2008, p. 92), “é importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética”. Assim sendo o texto construído reflete em certa medida uma ideia, um apelo da Pastoral da Juventude aos grupos regionais no sentido de se moverem pelo discurso do texto para além dele nas relações sociais. Ou seja, que o tema proposto para debate junto dos jovens evolva-os de tal maneira, que se sintam convocados para agir junto à situação de devastação da Amazônia, uma vez que a vida em sua totalidade é afetada pelos desastres ecológicos ali proporcionados.

Para reforçar este sentimento de comprometimento e de urgência de se tomar uma atitude, um dos fragmentos do texto motivador para leitura e reflexão apresenta:

Nós não queremos assistir a Amazônia morrer dia após dia. É um problema de todos e todas nós.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o ano de 2019 tem o aumento de 82% de queimadas no Brasil. Tendo como destaque 5 estados: Mato Grosso do Sul, com uma alta de 260% em relação a 2018; Rondônia, com 198%; Pará, com 188%; Acre, com 176%; e Rio de Janeiro, com 173%. Se tomarmos como base apenas o número, Mato Grosso é líder, com 13.641 focos, o que representa 19% do total nacional”.

Além da frase “É um problema de todos e todas nós” as estatísticas com elevados índices de destruição no ano de 2019, reiteram o sentido de proximidade com o presente, uma urgência que, sendo parte da vida do jovem de modo negativo. Fato que somatiza ainda mais o problema da destruição, portanto, da urgência da ação. Os pronomes indefinidos e generalizantes “todos” e “todas” associados ao pronome pessoal de primeira pessoa do plural “nós” criam uma teia de envolvimento subjetivo do leitor e do autor do cartaz, da instituição de adoção do cartaz.

Não há exclusão de qualquer pessoa que seja da ação proposta. A citar Pêcheux (1995, p. 160), “as palavras (...) mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. A instituição Pastoral da Juventude mostra-se de modo a se envolver com o convite que faz ao seu leitor, subentende-a como partícipe da juventude, e a juventude como um todo sem designação, exclusão de faixa etária ou classe. Uma juventude como “todos” e todas nós” que, porventura, provocar-se a ler a imagem elaborada. Ao passo que o fizer, está sendo convocada a assumir a causa urgente emergente da imagem.

Vale realçar que, pelo fato de que a organização local/regional ser livre e motivada a convidar especialistas para debater e refletir sobre o tema, a discussão não se limita à imagem ou a dados ora apresentados. O especialista é convidado com o intuito de fomentar fundamentos que esclareçam o tema, dadas a suas vivências. Deste modo, comparece a ideia de ser de ação (ARENDT, 2020), aquele se nutre de aparatos de saber, reflete sobre eles e os põe em ação com consciência crítica da realidade. Nessa linha, comparece também o entendimento de Paulo Freire (2015a) de que o ser político assim se constitui nas relações de trocas dialéticas e dialógicas com os conviventes e com o mundo.

IV 2-



Fonte: <https://www.pj.org.br/>

Esta imagem desperta à causa da vida dos/das/des jovens LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, simpatizantes, todas elas ou algumas delas). O tema bem ao centro da imagem imprime a ideia de que a vida de todas as pessoas do grupo LGBT+ está em foco na causa jovem. As cores símbolo dos grupos LGBT+ como fundo e o tema como uma inserção, não em sobreposição, mas ajustada à bandeira de luta LGBT+, acena para a interpretação de que a causa do grupo LGBT+ e a luta pela vida e liberdade de ser pela aceção de gênero não se sobrepõe uma à outra, é um conjunto de princípios que, juntos, podem promover ao grupo LGBT+ e aos seus pares o reconhecimento dos direitos à justiça social que lhes são devidos pela cidadania plena (FREIRE, 2017).

Há a preocupação de incluir, de somar. Uma representação da educação como prática libertadora para a liberdade de ser quem o ser melhor se sentir sendo, desprendido de imposições e condicionantes antidialógicas que se opõem ao seu reconhecimento subjetivo.

E este conjunto de elementos discursivos se mostram salutareos ao entendimento de que, tal como ao tema anterior, a Pastoral da Juventude é movida também a articular sua luta em busca da promoção, defesa e fomento da garantia da liberdade cidadã. De sorte, portanto, o princípio da dialogicidade, de formar um cidadão curioso para compreender eticamente a realidade, envolver-se nas causas desta realidade e se imbuir do compromisso de agir por ela e para ela comparece como a proposta da imagem em análise. Como aponta Fairclough (2001, 2008), o discurso não é uma representação do mundo, mas uma prática social. Ao passo que os elementos discursivos são combinados e articulados os projetos convocatórios da PJ aos jovens se mostram claros e precisos dos sentidos que busca junto ao jovem: agir no mundo e mitigar as limitações de acesso à cidadania.

À esteira de Pêcheux (1995), a escolha dos articuladores “dos/ das/ des” evoca às formações discursivas de veia pastoral. Ou seja, o entendimento de que para se aproximar, envolver, cativar, incluir grupos para se fortalecer e fortalecer o desejo de ter mais jovens para formarem grupos de resistências parte do princípio de procurar agregar todos os grupos de jovens de LGBT+ e os todos os demais, sem distinção, que buscam defender o respeito às minorias, aos grupos plurais.

IV 3 –



Fonte: <https://www.pj.org.br/>

Apresenta-se uma imagem suplantada pelo tom sobre tom de cinza que, cujos desdobramentos de cinza claro para o escuro, toma toda a imagem. De acordo com o dicionário de símbolos (CHEVALIER, 2008, p. 247), a cor cinza representa “um valor residual; aquilo que resta após a extinção do fogo, e, portanto, antropocentricamente, o cadáver, o resíduo do corpo depois que nele se extinguiu o fogo da vida”. Associado o tema “Pela construção de relações saudáveis e seguras”, mais o fato de que os textos motivadores postados no site da PJ destacam que

Cerca de 41% dos casos de violência acontecem dentro de casa. 3 em cada 5 mulheres sofreram violência em um relacionamento afetivo. Agravando esse quadro já tão preocupante, dados divulgados em 27/03/2020 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apontam um aumento de quase 18% no número de ligações recebidas diariamente pelo canal do governo federal que recebe denúncias de violência contra a mulher. O confinamento das pessoas nas suas residências pode representar um agravamento nos casos de violência doméstica contra as mulheres, pois estão por mais tempo convivendo com um possível agressor, tendo ou não histórico de violência.

Motivos apresentados à juventude como situações de alerta ao envolvimento com a causa, principalmente das mulheres, incluindo-se também homens, sofrem relações de abuso pelo sexo apostado, a saber, em especial, nos tempos de quarentena em que as pessoas ficam reclusas em casa. Como apontando em Pêcheux (1995) o discurso foi aqui tomado como ponto de encontro de mundos ideológicos. Uma forma de se aproximar do sujeito e manter com ele um poder de fala de que o que se apresenta é tocante, sensibilizante ao passo que em certa medida propõe o estranhamento e o desconforto. Esta mistura de jogos de sentidos pode levar ao envolvimento e convencimento do sujeito, podendo mobilizá-lo à reflexão e à ação.

A imagem ainda aponta uma parceria da PJ com a também organização juvenil, JUFRA (Juventude Franciscana do Brasil). O fato de um estar ao lado do outro remonta ao sentido de parceria, somando forças. Estes apontamentos levam a entender que o mote para a juventude estaria, portanto, associado à luta contra a violação da dignidade das pessoas que sofrem certo tipo de abuso nas relações afetivas, sobremaneira em tempos de isolamento social. A saber, àqueles que se vê em situação de exclusão, de opressão acabam sendo-lhes vendadas luzes para encontrar uma saída da situação. Por isso, às pessoas que têm condição

de tirar o oprimido da condição de opressão é uma tarefa política, de apontamento da liberdade (FREIRE, 2005).

Os elementos discursivos e alusivos a contextos sociais de urgência configuram para o que Fairclough (2001, 2008) entende por construção das identidades sociais. A identidade que vai sendo tecida para o jovem membro da PJ é de um sujeito que, tendo consciência da realidade, não se contente a ela, mas a modifique pelo fato de sujeito e sociedade serem um, parte do outro.

55

IV 4 -



Fonte: <https://www.pj.org.br/>

A imagem em análise tem no centro a fotografia do adolescente João Pedro, negro, de 14 anos, morador do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil, vítima de violência policial dentro de sua própria casa onde morava na periferia. Tal como a frase *slogan* usada para outro de caso de morte súbita pela violência no Rio de Janeiro, a da vereadora lésbica e negra, Marielle Franco, em 2018, aparece junto da imagem do adolescente, do lado direito, a frase “João Pedro, presente”, remontando historicamente à presença destas pessoas vitimadas pela violência, permanecendo vivas, portanto, na memória do povo.

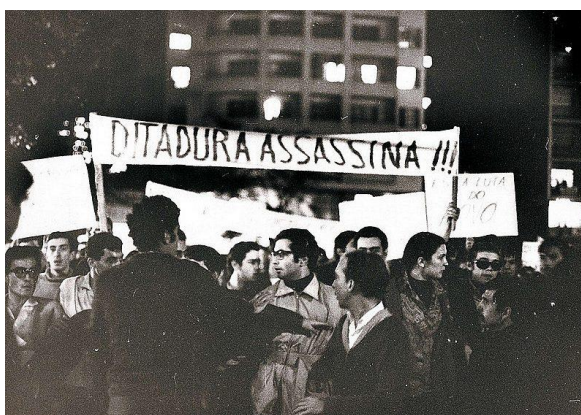
Tal como na imagem anterior – IV 3-, o tom de cinza alude à ideia de superposição da morte pela luz da vida. A imagem realça uma fotografia do menino sorrindo, em paradoxo com o tom de cinza que remonta a morte. Uma morte que rompeu com a alegria, com sonhos em aberto, com um futuro em construção. Este composto de imagem e texto, com apelo para a imagem do menino vitimado pela violência, no centro, soa como uma convocação da juventude a tomar assento de romper com o cenário de exposição da pessoa negra da periferia

que tem seus sonhos, seus sorrisos corrompidos pela violência que as acomete à morte. Como tratado em Freire (FREIRE, 2015b), não se pode conformar com a opressão se não se indignar diante dela.

O sujeito político é capaz transformar sua realidade que põe a convertê-la em espaço de representação de todos os grupos sociais, uma causa baseada pela formação crítica destes agentes sociais. Para isso, ele precisa ser convencido de que esta realidade dele necessita e de que ele por si só pode não dar conta de destituí-la. Precisa se nutrir de conhecimento que o fortaleça. O ser modifica a realidade quando se consubstancia como ser de ação nesta realidade, não se limita a pensar, a se indignar apenas por ela, mas a usar seu poder pensante transformador para então ser de fato um ser político (ARENDT, 2020).

Estes apontamentos, emergem, graças aos apontamentos que Pêcheux (1995) oferece sobre a relação entre mundos discursivos. Como se nota, há uma série de mundos discursos em consonância para o efeito de sentido da imagem com relação ao leitor. Há inclusive a possibilidade de associação com o mundo social e político do leitor, uma vez que ele sendo parte do que aconteceu com o garoto – a injustiça social pela violência – tem também o poder pelo discurso de buscar mudar esta realidade. Há um forte apelo para o discurso como poder de ação.

IV 5 –



Fonte: <https://www.pj.org.br/>

A IV 5 destaca um apelo de oposição à ditadura militar, regime político vivido com intensos imperativos de violência do governo militar na década de 60 no Brasil, ocasionando o exílio, a morte e a violência contra a liberdade de expressão da juventude brasileira.

Conforme os textos motivadores publicados junto do cartaz. Enfatiza-se a multidão na rua com faixas e cartazes contra ao regime de exceção, “ditadura a assassina”, e realçando que esta oposição se configurava como uma luta do povo.

Tal como nas imagens IV 1, IV 2, IV 3 e IV 4, consta-se o apelo convocatório de unir e se nutrir pela história, pela construção de conhecimento e vivências que o Brasil tem construídos. A partir deste conjunto, o jovem se prepare para agir diante a opressão política de aniquilação de direitos e de reconhecimento do sujeito com ser capaz de romper com as amarras impositivas de um estado que, apesar de conquistas alcançadas pela luta popular, tem se mostrado desejoso de retornar com seus desmandos e limitações de direitos políticos aos cidadãos.

Enfim, está incrustrado no processo discursivo de produção das imagens analisados os jogos ideológicos de discurso como apelo à subjetividade da ação social dos sujeitos pela sensibilização e sentido de pertencimento destas realidades. Assim sendo, estes sujeitos – os jovens- são os corresponsáveis pelas realidades a ele apresentadas, tendo com elas ou papel de agente de poder para modificá-las ou não a depender da situação em que mais se situe agente de discurso e poder (PÊCHEUX, 1995).

7. RESULTADOS

Como se nota, as cinco imagens apelam para questões socioculturais brasileiras e universalizantes emergentes. Desde situações de destruição do meio ambiente, o direito à vida aos grupos LGBT+, as relações afetivas abusivas sobremaneira em contexto de isolamento social, a exposição da vida, da liberdade adolescente negro da periferia, acometendo-lhe à morte, ao cerceamento político com a ditadura militar. Ao passo que se associam imagem e texto verbal, as imagens publicadas convocam a juventude organizada como PJ, como se constata pelas análises, um todo indistinto de classes, faixas etárias e grupos sociais, para a intervenção junto a estes problemas emergentes da sociedade brasileira. Problemas estes de exposição da liberdade de expressão, de limitação dos direitos da pessoa humana de agir politicamente, conforme assegura a Constituição Federal de 1988.

Aliados às imagens, os fragmentos de textos motivadores, também analisados, reforçam esta convocação do jovem a se mover diante as situações de promoção de

desigualdade sócio-política e de aniquilamento da subjetividade. Como tratado em Arendt (2012), um modelo comum no pós Revolução Francesa, tomado como força de reversão do poder das classes contra elas mesmas que, por sua vez, é reproduzido pelos países colonizados. Uma estratégia de controle e de comando velado da força impositora de um estado que, ao aniquilar o sujeito o torna vulnerável às leis de violação delas mesmas na prática. Por mais que, na Constituição Federal de 1988 no *caput* do art. 5º determine que a liberdade, a dignidade e vida sejam direitos concedidos, é preciso promover a luta da juventude para que estes direitos sejam questionados e solicitados que sejam cumpridos às minorias no Brasil.

As imagens apontaram consciência desta realidade pela PJ e a mobilização da força jovem com vistas a reverter este cenário por meio da formação dialética dos jovens nas pastorais regionais. Os resultados destacam que estes textos se mostram em consonância com a busca e com a esperança na formação cidadã plural dos jovens organizados nos grupos da Pastoral da Juventude, assim como alguns de seus princípios institucionais, tais como: “ter nos jovens empobrecidos, em particular, nos excluídos, o seu referencial na formação de agentes de transformação” e “resgatar e construir a cidadania como meio de superação da opressão e da exclusão”(SILVA, 2012, p. 46).

Associados os temas e as aberturas dadas para sua funcionalidade nos grupos de pastorais, encontra-se também a preocupação com a uma formação crítica para o ser de ação visando ao posicionamento da juventude frente às questões de discriminação social e de alargamento das diferenças. O modelo formativo proposto se mostra compreensivo de que formar criticamente um cidadão para agir com ética frente às necessidades sociais implica em cativar-lhe o desejo pela reflexão e dela para ação consciente e comprometida com o rompimento de um paradigma de desordem pela formação vulnerável das classes.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou apresentar que a Pastoral da Juventude abre caminhos para uma formação política crítica juvenil de resistência contra os mecanismos de aniquilamento subjetivo e de opressão aos imperativos do estado mercantil. As mobilizações da Pastoral da Juventude, convocando o jovem à reflexão-ação junto às urgências sociais ascendem a luz de que é possível agir contra as desigualdades que afastam as classes minoritárias: negros,

pobres, a mulher, população LGBT, de acesso à vida plena pela cidadania e pelo exercício da ética política.

Desta forma, ações como as práticas da Pastoral da Juventude se consolidam como organizações sociais que se preparam para ser resistência política consciente. As motivações das imagens, mais a articulação por textos motivadores provocam o jovem a se sentir membro ativo da sociedade e por assim ser, envolver-se com ela para torná-la mais humana e acolhedora, limitadora dos *apartheids* socioculturais existentes no Brasil e promotora de bem estar.

59

Desta forma, abre-se aqui para novas questões com vistas a entender de modo ainda mais aprofundado as parcerias e ações efetivas que podem fortalecer ainda mais o trabalho que as PJ vêm tecendo em todo o território nacional. E assim, como podemos caminhar ainda mais rumo a um país onde as conquistas políticas sejam sempre mais progressistas, de favorecimento à vida de toda a população brasileira e que tenhamos menos retrocessos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Referências

ARENDT, H. **A vida do espírito**: o pensar, o querer, o julgar. Trad. Antônio Abranches; César Augusto R. de Almeida; Heloisa Martins. Revisão técnica Antônio Abranches. Copidesque e preparação de originais Ângela Ramalho. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, H. **Crises da República**. Trad. José Volkmann. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação Adriano Correa. 13 ed. [Reimp]. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2020.

CHEVALIER, J. **Dicionário de símbolos** (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números); coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva [et al.]. 22 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio.

CNBB. **Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil**. São Paulo: Paulus, 1998. (Estudos da CNBB; 76)

DICK, H. **Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na História**. São Paulo: Loyola: 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2008 (reimpressão).

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Ação Cultural**: Para a liberdade e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2011a.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. Organização, apresentação e notas de Ana Maria de Araújo Freire. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2015b.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia da esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 41. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017a.

FREIRE, P. **Pedagogia da libertação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

FREIRE, P.. **Por uma pedagogia da pergunta**. Revisão técnica e tradução do texto de Antonio Faundez, Heitor Ferreira da Costa. 8. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017c.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos
Agência IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em 22 de agost. 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenzo Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SILVA, L. R. (Org.). **Pastoral da Juventude: um jeito de ser e fazer - Orientações para a caminhada: um corpo em construção**. São Paulo: CCJ, 2009.

SILVA, J. A. A., Duarte, L. V., Silva, R. A. (Orgs.) **Somos Igreja jovem: Pastoral da Juventude um jeito de ser e fazer (Subsídio de estudo)**. Brasília: PJ, 2012.

TEIXEIRA, C. L. (Org.). **Passos na travessia da fé: metodologia e mística na formação integral da juventude**. São Paulo: CCJ, 2005.